

# 20 anos de PPGE: balanço de sua produção

## 20 years PPGE: assessment of its production

Liana Deise da Silva<sup>1</sup>

Elizabeth Madureira Siqueira<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo tem por objeto estudar o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Criado em 1987, é o primeiro programa de pós-graduação, *stricto sensu*, do Estado. Em 2007 completou 20 anos de existência, tendo sido oportuno, nessa data, contar com um documento relatando sinteticamente a trajetória percorrida, as vicissitudes e as perspectivas que o alimenta, dentre as homenagens que lhe foram e são rendidas. Busca-se, pois, produzir uma investigação histórica do programa, procurando evidenciar, no interior de seu percurso, disputas travadas entre os agentes em luta pela conservação ou transformação desse espaço de produção e reprodução de conhecimento, assim como elencar as principais estratégias adotadas.

**Palavras-chave:** História da Educação. Pós-graduação. Memória.

### Abstract

The present article aims the study of the Program of Post-Graduation in Education of the Federal University of Mato Grosso. Created in 1987, it is the first program of post-graduation, *stricto sensu*, of the State. In 2007 the program completed 20 years of existence, having the opportunity in this date to organize a summary document relating the trajectory, the height and the prospects that feeds, among the tributes that are rendered to it. This investigation, therefore, intends to produce an inquiry historical program, trying to find evidence disputes between the agents in fight for the conservation or transformation of this space of production and reproduction of knowledge, as well as the list of the main strategies that were adopted.

**Keywords:** History of the Education. Post-graduation. Memory.

---

1 Mestre em Educação (UFMT). Membro do grupo Educação e Memória – Linha História da Educação.

2 Mestre em História (USP) e Doutora em História da Educação (UFMT). Membro do Grupo Educação e Memória – Linha da História da Educação. Atualmente, coordena a Editora da UFMT. [emsiqueira@terra.com.br](mailto:emsiqueira@terra.com.br)

## Pós-Graduação: raízes históricas

Os programas de Pós-Graduação no Brasil são resultado do estabelecimento do sistema de ensino e pesquisa, marcado pelo processo de Reforma Universitária, ocorrido na década de 1960.

Regulamentada pelo Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, a Pós-Graduação brasileira tinha como meta a instrução científica e humanística que servisse de base a qualquer ramo das ciências e que também tivesse por fim a formação profissional. Pretendia-se criar uma superestrutura destinada à pesquisa, visando o desenvolvimento da ciência e da cultura em geral, o treinamento de pesquisadores, tecnólogos e profissionais de alto nível.

A UFMT, desde a sua criação em 1970, teve como uma de suas preocupações adquirir as condições necessárias à implantação de Programas de Pós-Graduação – PPGs –, com vistas, especialmente, à qualificação de seu corpo docente.

A instituição entendia que o pressuposto de relacionar o ensino ministrado às suas questões práticas e expectativas sociais da região seria atingido por intermédio de profissionais qualificados. Para tanto, foi necessário enviar alguns professores ao exterior e também para os centros de excelência nacionais, a fim de que pudessem se capacitar (mestrado e doutorado), de modo que, ao retornar, fomentassem a pesquisa, a extensão e a criação de programas de Pós-Graduação.

Segundo Martins (2005, p. 16), o reconhecimento da Pós-Graduação, em virtude do prestígio da pesquisa, forma um *locus* de distinção social e acadêmica de seus professores, um espaço estratégico de acumulação e reprodução de um capital simbólico representativo dos atores envolvidos nessas atividades. A construção de um espaço garantidor de prestígio foi empreendida, na UFMT, a partir do ano de 1975, por intermédio da criação do Plano Institucional de Capacitação Docente - PICD.

Em junho de 1978, a Universidade Federal de Mato Grosso, em sintonia com a política educacional brasileira e como integrante do plano de capacitação de seu corpo docente, elaborou a proposta de implantação de Núcleos de Pós-Graduação – NPGs –, visando ampliar as possibilidades da formação pós-graduada dos professores e, em consequência, do capital científico da instituição.

Esses núcleos foram concebidos como uma proposta integrada a um plano mais amplo de capacitação de recursos humanos e de desenvolvimento e à consolidação das atividades de pesquisa e ensino no âmbito da pós-graduação na UFMT. A política de implantação de tais núcleos foi elaborada no início de 1978 e submetida à apreciação dos diversos centros universitários, aos órgãos de assessoria e à administração central da universidade.

Os NPGs organizaram-se a partir dos centros e departamentos, conforme a disponibilidade dos recursos humanos qualificados e em função das necessidades detectadas na instituição e também na comunidade mais ampliada. Assim, formaram-se equipes interdisciplinares, visando o estabelecimento de um maior intercâmbio dentro do grupo e o alcance de uma abrangência mais ampla dos serviços a serem prestados.

Os trabalhos realizados deveriam estar vinculados aos centros, institutos, departamentos e órgãos diretamente envolvidos na administração de ensino, pesquisa e extensão. Os cursos oferecidos teriam como característica a indissociabilidade entre o binômio ensino-pesquisa.

As atividades programadas pelos NPGs objetivavam, ainda, atender, prioritariamente, à política de qualificação docente. Para isso, as equipes de cada núcleo deveriam criar modelos que servissem de parâmetros de planejamento, execução e avaliação dos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

O primeiro passo foi a execução de uma experiência piloto, da qual surgiram indicadores importantes para o planejamento, consolidação e ampliação dos núcleos de formação pós-graduada nos diversos centros, departamentos e institutos da UFMT.

Elegeu-se o Departamento de Educação, do Centro de Letras e Ciências Humanas – CLCH, como uma unidade que, naquele momento, oferecia condições propícias ao início da experiência de implantação do primeiro NPG. Posteriormente, foram criados os núcleos de Letras e de Biologia.

Segundo Bourdieu (2004, p. 35), os agentes são caracterizados pelo volume de seu capital científico, determinante da estrutura do campo, definindo o conjunto de questões relevantes para os pesquisadores.

Desse modo, o Departamento de Educação contou, em 1978, com o retorno de sete docentes pós-graduados, nível de mestrado, com o curso já concluído ou em fase de conclusão em áreas de conhecimento diversificadas, como: Psicologia da Educação, Métodos de Ensino, Planejamento Educacional, Psicologia Social e Psicologia. Esses profissionais também foram treinados em diferentes centros de estudos de excelência, como a UnB, PUC/RJ, UFRGS, USP e a UNAM, México, o que possibilitou maior intercâmbio na equipe e abrangência quanto às áreas de conhecimento, requisito exigido para a formação do NPG. Essa característica rendeu ao núcleo a possibilidade de se tornar um eficaz instrumento multiplicador na política universitária de treinamento de docentes. Com a criação do NPG/EDU, foram enfatizadas, entre os anos de 1979 e 1980, as atividades de ensino e pesquisa.

No ano de 1981, foram executados quatro projetos de pesquisa e realizados três cursos de pós-graduação *lato sensu*, um em Metodologia do Ensino Superior e dois em Metodologia da Pesquisa Educacional. Além de

servir para capacitar os docentes do Departamento de Educação e de outros Centros da UFMT, eles propiciaram o amadurecimento de condições para a definição de um programa de pesquisa do órgão, encerrando o que se poderia denominar como a primeira fase do NPG/EDU.

Almeida (1978), em *Breve Histórico do NPG/EDU*, identificou três fases da história dessa trajetória: a primeira constou da elaboração da proposta de implantação do núcleo na UFMT, de sua aprovação como universidade e da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – CAPES –, instaurando o início do primeiro núcleo no Departamento de Educação. A segunda fase priorizou as atividades de ensino, como meio mais adequado ao momento de implantação do núcleo, que tinha por objetivo, estudo-ensino-pesquisa. A terceira fase da história de implantação do NPG/EDU caracterizou-se pela mudança no objeto da pesquisa. Por um lado, algumas investigações passaram a privilegiar as variáveis internas da escola, reduzindo a abrangência desse objeto e atribuindo maior importância aos fatores intraescolares na determinação da produtividade escolar. Por outro lado, uma outra pesquisa sobre a área rural, tradicional no Estado, alterou, na prática, as linhas de pesquisa anteriormente estabelecidas.

O NPG/EDU deixou, sem dúvida, um saldo de experiência em pesquisa que não pode ser desconsiderado, constituindo os primeiros passos em direção à construção do Mestrado em Educação Pública, cujo nascedouro teve como base o processo de amadurecimento das atividades do NPG/EDU, baseadas nas práticas de ensino, pesquisa e extensão. A partir de 1982, foi formada uma comissão responsável pela formulação de um projeto que tinha como finalidade pensar e projetar o curso de mestrado, sendo integrada por diversos docentes. A finalização da proposta redundou na aprovação do curso de Mestrado em Educação, criado pela Resolução CD. nº 008/87, de 13 de fevereiro de 1987, sendo o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* da UFMT.

Estabeleceu-se, a partir de então, um novo momento: o desafio da implantação do Mestrado em Educação Pública e as lutas travadas para sua consolidação enquanto programa qualificado e reconhecido.

No início de 1988, foi realizada a seleção da primeira turma, que começou suas atividades no dia 11 de abril do mesmo ano. Candidataram-se 41 alunos, tendo sido aprovados 12. Iniciado o curso de mestrado, foram estabelecidas as seguintes linhas de pesquisa: Educação Pública: indicadores e determinantes; Caminhos da Epistemologia; Antropologia; e Sociedade, Estado e Educação; no ano de 1991 foram criadas mais duas linhas de pesquisa, a da Filosofia da Educação e Avaliação Educacional.

Nos anos de 1989 e 1990, o Programa sofreu a primeira reforma. Houve uma simplificação das exigências quanto aos créditos em disciplinas, os quais passaram

de 29 para 20, organizando-se da seguinte maneira: 12 créditos em disciplinas básicas e obrigatórias, oito para matérias eletivas ou complementares e ampliação das atividades programadas, de 20 créditos para 36.

Esse aumento deveu-se à valorização do programa através das atividades de pesquisa ou conclusão de dissertações, cujos créditos saltaram de 10 para 20, sendo que os Seminários de Pesquisa I e II passaram a somar 6 créditos no total, sob a responsabilidade do próprio orientador. As disciplinas obrigatórias, todas de quatro créditos, passaram a ser Filosofia, Sociologia e História da Educação.

No ano de 1992, a UFMT foi submetida a uma ampla Reforma Administrativa, quando os centros universitários foram organizados em institutos e faculdades e os cursos dirigidos por coordenações e não mais pelos departamentos.

Nesse período de mudanças, criou-se o Instituto de Educação – IE –, ficando o antigo Departamento de Educação desmembrado em três outros: Departamento de Teoria e Fundamentos, Departamento de Psicologia e Departamento de Ensino e Organização Escolar.

Ainda em 1992, após avaliação feita pelo colegiado e seguindo as recomendações do GTC da CAPES, o programa verificou que sua estrutura estava superada e que seria necessária a criação de estratégias que fortalecessem a sua base científica e esforço na sedimentação de um ambiente acadêmico.

Nesse mesmo ano, o PPGE passou por sua mais importante reformulação, que postulou os objetivos de gerar o seu fortalecimento interno, através da construção de estruturas institucionais e do desenvolvimento de pesquisas ligadas ao programa, com vistas à ampliação de intercâmbios nas esferas regional, nacional e internacional. O curso de doutorado foi criado no bojo do processo de reformulação, utilizando a mesma estrutura curricular do mestrado, porém, sua implantação só ocorreu em 1994.

A nova estrutura proposta fez com que o programa deixasse de ser voltado apenas para o curso de Pedagogia e se transformasse em um programa de mestrado e doutorado aberto ao conjunto das licenciaturas da UFMT.

Sá (1992) esclarece que essa estratégia favoreceria a aglutinação de doutores em torno de um núcleo comum de interesse e também que essa seria a maneira mais adequada para a rápida consolidação da pesquisa na instituição.

As práticas desses agentes sociais dependiam de possibilidades objetivas, garantidoras do capital, situação determinada pelas disposições duráveis, princípio gerador de estratégias que objetivavam o fortalecimento da ação sobre o sistema de educação, que até o momento recebera uma ação isolada das licenciaturas, buscando causar impacto com a “inserção da universidade nessa área, além de, em pouco tempo, poder produzir grande volume de trabalhos.” (CAMINHANDO, 1992, p. 22).

Como assevera Bourdieu (2003), essas práticas dependeriam da “estrutura das possibilidades diferenciais de aproveitamento oferecidas a essa classe”, considerando o volume e a estrutura de seu capital, como também a “estrutura do sistema de estratégias de reprodução que utilizam para melhorar ou manter sua posição na estrutura.”

Na aceção de Sá (1992), com o novo perfil do Mestrado e a perspectiva de início do Doutorado em Educação acreditava-se que, em alguns anos, seria possível disponibilizar um grande acúmulo de conhecimento. A partir dessa reestruturação ocorrida em 1992, houve um aumento expressivo no número de doutores integrados ao quadro permanente do programa que, até o ano de 1991, contava com apenas 8 deles.

O curso de doutorado foi implantado em 1994 e utilizou-se da mesma estrutura curricular do mestrado. As razões que motivaram sua inserção no PPGE deve-se à preocupação na redução paulatina do quadro de professores da UFMT, frente à iminência de aposentadorias precoces, além de ter sido um recurso auxiliar à sobrevivência do mestrado.

No entanto, como os grupos de pesquisa estavam ainda em processo de consolidação, o doutorado poderia funcionar temporariamente, aguardando o momento de ser avaliado, o que ocorreria a partir de 1997, quando as primeiras defesas fossem apresentadas.

Acreditava-se ter sido criado um “sólido Programa” de Mestrado e Doutorado em Educação, porém o GTC da CAPES, em visita ao PPGE, realizou algumas entrevistas com doutorandos, docentes, com a Coordenação do Programa, Direção do Instituto de Educação, Reitoria e Pró-Reitorias de Pesquisa e de Pós-Graduação, a partir do que foram apontados alguns problemas que inviabilizavam o credenciamento do doutorado. Então, a comissão avaliadora, em 8 de maio de 1996, enviou um documento (n.º GTC/59). O parecer emitido pela CAPES foi desfavorável ao funcionamento do curso de doutorado, que sequer chegou a ser avaliado. Em 1998, a avaliação da CAPES referente ao período de 96/97 atribuiu ao programa a nota dois (2), culminando com o seu descredenciamento. A proposta inicial era estabelecer uma política que articulasse os dois cursos - mestrado e doutorado - porém, com o descredenciamento, era mais prudente aguardar momento oportuno para a consolidação do grau mais elevado, até porque, nesse momento, alunos e professores buscavam, com grande esforço, superar essa nota, tentando obter uma avaliação que tornasse possível a continuidade normal do curso de mestrado.

A partir do ano de 1999, o programa foi marcado política e pedagogicamente por um processo de reestruturação. Houve o empenho de docentes, discentes e funcionários na execução de ações que permitissem, para o ano de 2000, a concretização das mudanças necessárias. Neste ano, o PPGE passou a se organizar

em torno de duas áreas de concentração e de oito linhas de pesquisa. Apesar do impacto causado pelo descredenciamento e da fragilidade do PPGE, optou-se por manter a seleção de novos interessados, com o intuito de se sustentar a dinâmica do funcionamento das atividades de pesquisa e ensino até então oferecidas, o que só seria possível com a inclusão desses alunos, o que foi considerado positivo pela quantidade de inscritos.

O programa construiu estratégias para sua reestruturação e foi, aos poucos, traçando rumos com vista a “retomar seu lugar com referência formadora de docentes e pesquisadores em educação no estado de Mato Grosso”, e o esforço empreendido ficou, sem dúvida, “refletido no resultado da avaliação do último triênio”, divulgado em 2001, tendo recebido nota quatro (4) (CAPES, 2001). Nessa época, o programa procurou consolidar seu papel como instituição formadora de docentes e pesquisadores em Educação no estado de Mato Grosso, afirmando a relevância de suas linhas de pesquisa na produção e divulgação do conhecimento na área.

Pelo que foi apresentado, verifica-se que o PPGE executou várias mudanças em sua estrutura, visando manter-se como um programa de qualidade. Seus estudos e pesquisas voltam-se à compreensão das problemáticas e tendências relativas à educação em âmbito regional e nacional, além de tomar para si a responsabilidade de formar profissionais conscientes de seu papel social e que pudessem atuar nos diferentes contextos institucionais.

No decorrer da sua trajetória, o programa tem se constituído, também, em espaço de disputa, com o qual os profissionais da Educação da UFMT se defrontam para reafirmar suas posições intelectuais e, ao mesmo tempo, em um *locus* que se confronta com os de outras universidades, visando garantir e reafirmar o capital intelectual que produz e detém num determinado campo científico: o da Educação.

Para Bourdieu (2004), esse campo científico é um espaço de força e de luta que conserva ou transforma a si próprio, e cuja estrutura é proporcional à distribuição do capital científico entre os seus agentes que, por sua vez, estão inseridos na estrutura do campo em posições que depende do seu capital, e se confrontam com o intuito de, ora conservar, ora transformar esse espaço de produção e reprodução do conhecimento científico educacional e das táticas e estratégias que adotam.

Como diz Bourdieu (2004, p. 118):

[...] as relações que os agentes de produção e reprodução de difusão podem estabelecer entre eles ou com as instituições específicas (bem como a relação que mantêm com sua própria obra) são mediadas pela estrutura do sistema das relações entre as instâncias com pretensões a exercer uma autoridade propriamente cultural [...]

Analisando o PPGE da UFMT como campo científico, vê-se, pelo seu processo de constituição, que o programa desenvolveu estratégias para conservar e transformar sua estrutura política e administrativa educacional. Como instituição, tem buscado propagar e socializar sistemas de pensamento e transmitir conhecimentos culturais organizados e estruturados nas diferentes épocas e atores (alunos e docentes). Ainda concepção de Bourdieu, “um pensador participa de sua sociedade e de sua época, através do inconsciente cultural captado por intermédio de suas aprendizagens intelectuais e, em especial por sua formação.” (p. 207). Assim, os agentes do PPGE têm buscado, ao longo de sua existência, socializar e estimular a reprodução da cultura educacional geral, bem como a formação específica no campo da Educação.

Outra estratégia relevante para o fortalecimento da pós-graduação em Educação/UFMT foi a criação da *Revista de Educação Pública*, espaço de difusão e desenvolvimento da pesquisa, sendo sua política principal a divulgação de produtos das investigações na área educacional. Esse periódico fortaleceu não só o debate no interior da pós-graduação, mas também estreitou os laços com doutores de outras universidades brasileiras. Considerando que esse periódico, inicialmente avaliado como D, hoje é Qualis A ANPEd, visto que composto por artigos oferecidos por renomados educadores de âmbito nacional e regional, estabeleceu, a partir de 2006, convênio com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, oferecendo 400 exemplares de cada novo número, a ser veiculados entre os professores da rede pública de ensino. Esse movimento tem colaborado para a absorção, junto ao Programa, de candidatos egressos da rede pública de ensino, colaborando, nessa medida, para estabelecer um estreito relacionamento e intervenção no social.

O *Seminário de Educação* foi mais uma tática utilizada na sedimentação do PPGE. Criado no ano de 1992 assumiu, desde então até os dias atuais, importante papel na socialização dos conhecimentos no meio acadêmico, sejam aqueles produzidos no âmbito do próprio programa, ou advindos de outros. Esse evento ofereceu mais um espaço de debate de abrangência nacional, visto que muitos conferencistas e coordenadores de mesas redondas foram convidados especiais do evento. Estes exponenciais, participantes do Seminário, ouviram e discutiram os resultados de pesquisa desenvolvidos local e regionalmente, contribuindo, nessa medida, para inserir a produção regional no cenário nacional e até mesmo internacional, uma vez que alguns convidados eram estrangeiros.

O Seminário de Educação surgiu em decorrência da necessidade de se ampliar o ambiente acadêmico, colocando-se enquanto divulgador da produção científica. O Seminário de Educação tem uma importância estratégica para os alunos e professores da pós-graduação e para os professores da rede pública de ensino, na medida em que possibilita aos grupos de pesquisa um intercâmbio de conhecimentos e confirma a aliança do Instituto de Educação com o sistema estatal de educação.



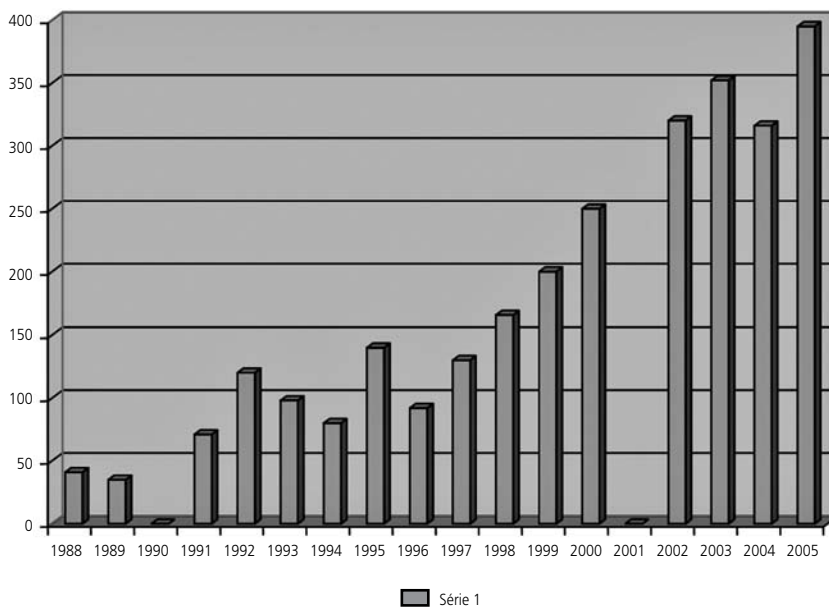
## Evolução do Programa

O PPGE tem se constituído numa importante estratégia de formação de docentes-pesquisadores, da produção e difusão do conhecimento no campo da Educação e, igualmente, contribuído para a integração das diversas “unidades e departamentos da UFMT e destes com o sistema público de ensino e entidades e movimentos da sociedade civil” de Mato Grosso (PPGE, Política/IE, 2006). Ademais, desde o seu início, o Programa tem buscado minimizar os problemas relativos à educação em Mato Grosso e colaborado para sua transformação.

A seguir, estão arrolados alguns dados que delineiam a evolução do PPGE em seus 20 anos de existência.

O gráfico que segue traça o perfil no número de inscrições para o Mestrado em Educação, evidenciando uma tendência de crescimento dessa demanda, inclusive em 1993, quando novos cursos foram criados na UFMT, e mesmo em 1998, quando ocorreu o descredenciamento do Programa no âmbito do doutorado. Esse é um importante indicador do prestígio mantido pelo PPGE ao longo dos seus 20 anos:

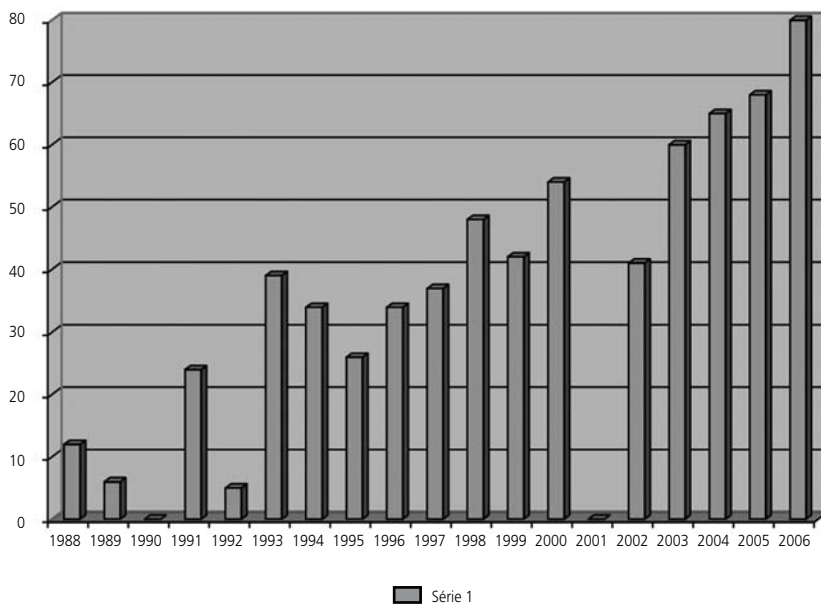
**Gráfico 1 – Evolução da demanda por inscrições no PPGE, 1988-2006**



Fonte: PPGE/IE/GEM (2006).

O gráfico, a seguir, exhibe a projeção do número de matrículas realizadas pelos alunos aprovados para o Mestrado, entre 1988 e 2006, e revela a capacidade de resposta do Programa a essa demanda:

**Gráfico 2 – Matrículas dos alunos aprovados no exame de seleção para o Mestrado, 1988- 2006**



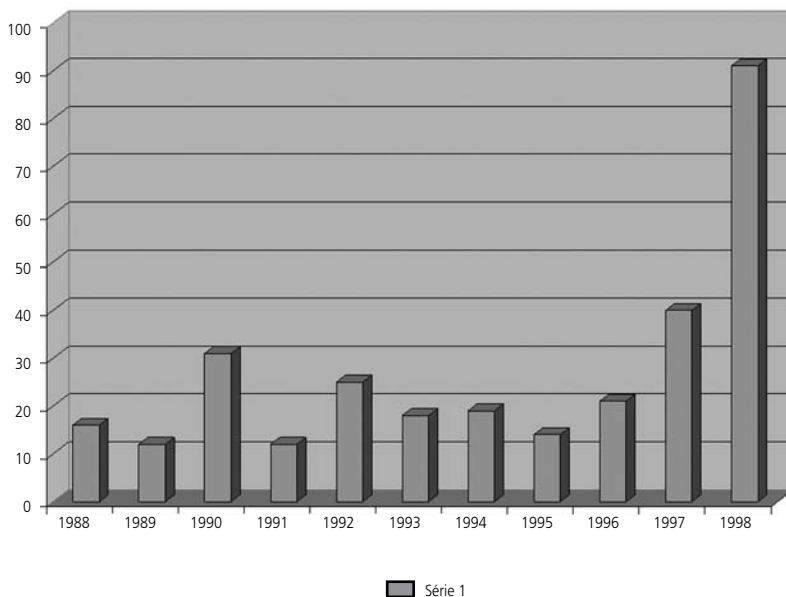
Fonte: PPGE/IE/GEM (2006).

Percebe-se que houve um aumento do número de vagas e tendência ao crescimento constante a partir do ano de 1993, o que se deu em decorrência da abertura do Programa às demais licenciaturas da UFMT. Essa integração possibilitou a ampliação do quadro docente e, conseqüentemente, a oferta de vagas, uma vez que cada doutor poderia orientar em torno de cinco mestrandos.

Além de prestar atendimento aos alunos recém-aprovados na seleção, o PPGE tem se preocupado em preparar os futuros ingressantes, oferecendo-lhes vagas especiais para que, participando do curso, antes mesmo de sua inclusão definitiva, como alunos especiais, possam amadurecer a proposta de pesquisa que pretendam desenvolver. Essa é uma prática de grande relevância, já que diminui o tempo de permanência desses alunos na pós-graduação, visto que o projeto de pesquisa pode ser aperfeiçoado desde o início da frequência do pós-graduando.

O gráfico que se segue mostra o número de alunos especiais de 1988 até 1998. Com relação aos anos posteriores, não nos foi possível localizar todos os dados com clareza. Dessa maneira, optamos por mostrar somente os que se nos apresentaram de forma confiável:

**Gráfico 3 – Alunos especiais entre 1988 e 1998**

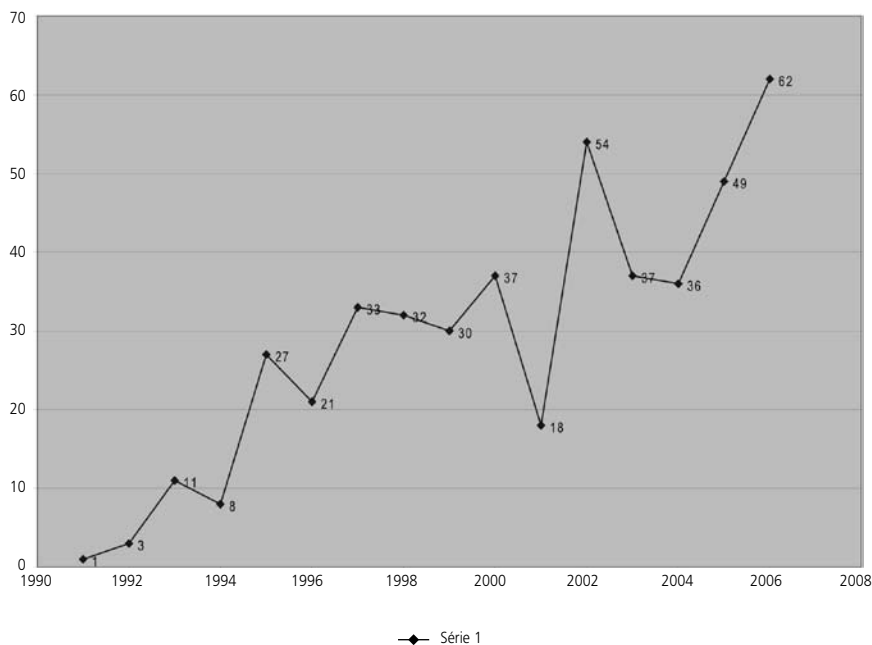


Fonte: PPGE/IE/GEM (2006)

A produção de novos mestres tem crescido e provocado impacto sobre a realidade educacional mato-grossense, e seu efeito incidido sobre a própria UFMT, que tem absorvido grande parte desses profissionais; esse reflexo positivo também incide sobre outras instituições de ensino superior (públicas e privadas), que também os têm contratado gradativamente ou convidado para ingressar nos programas de pós-graduação, doutorado. Esse fato se dá, sobretudo, em função do crescimento da rede particular de ensino, nos últimos anos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução da produção de dissertações entre os anos de 1991-2006:

**Gráfico 4 – Evolução da produção de dissertações, 1991-2006**



Fonte: PPGE/IE/GEM (2006)

Observa-se que no ano de 1991 somente uma dissertação foi defendida, pois era excessivamente longo o prazo estipulado ao mestrando para cumprir as disciplinas requeridas e apresentar o trabalho final para qualificação e defesa. A partir de 1995, houve um aumento significativo desse índice em relação aos anos anteriores, provavelmente em função da reformulação universitária de 1992, através da qual foram incluídas as demais licenciaturas da UFMT no Programa de Mestrado.

É possível perceber, ainda, que, apesar do descredenciamento do doutorado ocorrido em 1998, o Programa vem mantendo, se não aumentado, o ritmo de produção de dissertações, tendo chegado, em 2002, a 54 títulos. Isso pode ser reconhecido como resultado do esforço empreendido pelo Programa para alcançar os índices de qualidade exigidos pela CAPES.

Apesar das fases de declínio na produção de dissertações, o PPGE, de modo geral, tem obtido avanço significativo no que tange a esse aspecto, buscando dessa forma garantir sua permanência e fortalecimento no campo educacional.

## Configuração atual do Programa

O Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT é o mais antigo do estado de Mato Grosso. Seu pioneirismo permite afirmar que ele tem se constituído enquanto referência para a região, quanto à produção de conhecimento e à formação de quadros docentes na área da educação. Ao longo de seus 20 anos, cumpriu o objetivo de formar pesquisadores e docentes para atuar nesse campo. Logo, tendo por finalidade o incremento da pesquisa e a construção do conhecimento em Educação, o Programa encontra-se, hoje, estruturado em duas grandes áreas de concentração, sendo: Educação, Cultura e Sociedade e Teorias e Práticas Pedagógicas da Educação Escolar que, por sua vez, se desdobram em sete linhas de pesquisa: da área de concentração Educação, Cultura e Sociedade: História da Educação- Educação e Psicologia, Educação e Meio Ambiente, Movimentos Sociais, Política e Educação Popular; e as Linhas de pesquisas da área de concentração Teoria e Práticas Pedagógicas da Educação Escolar: Educação e Linguagens, Educação em Ciências, Formação de Professores e Organização Escolar.

### Corpo docente

Entre os anos de 1997 e 1998, 51% do corpo docente do PPGE não possuíam titulação na área de Educação, além do que alguns mantinham uma produção científica acanhada e com pouca participação em projetos, o que a CAPES apontou como ponto negativo. A avaliação trienal dessa instituição avaliadora, realizada em 2003, mostrou que o Programa conseguiu aumentar o número de titulados, chegando ao índice adequado. Em 2005, numa assembléia realizada pelos professores do programa, ficou definida a produção Qualis “como critério imprescindível para ingressar e permanecer no corpo docente do mestrado.” (CAPES, 2006). Outro problema encontrado foi com relação ao fluxo de alunos, pois alguns docentes, ou permitiam que estes ultrapassassem o tempo determinado pela CAPES para a conclusão do curso, ou orientavam um número excessivo de mestrandos, retardando a finalização dos projetos. Na busca de superar esses entraves, o PPGE criou uma Comissão de Vagas, composta pelos docentes mais produtivos, cujo objetivo foi o de verificar quais deles “estavam aptos a oferecer vagas” nos próximos processos seletivos (CAPES, 2006).

Com relação à produção, a Comissão incorporou além do critério Qualis, outro “que leva em conta o tempo de credenciamento para o cálculo do número de orientandos que cada colega deveria idealmente manter por ano.” (CAPES, 2006).

Instituiu-se, então, uma política de credenciamento e recredenciamento dos docentes, a qual vem sendo construída no decorrer dos últimos anos e para o que se elaborou uma ficha contemplando os seguintes quesitos:

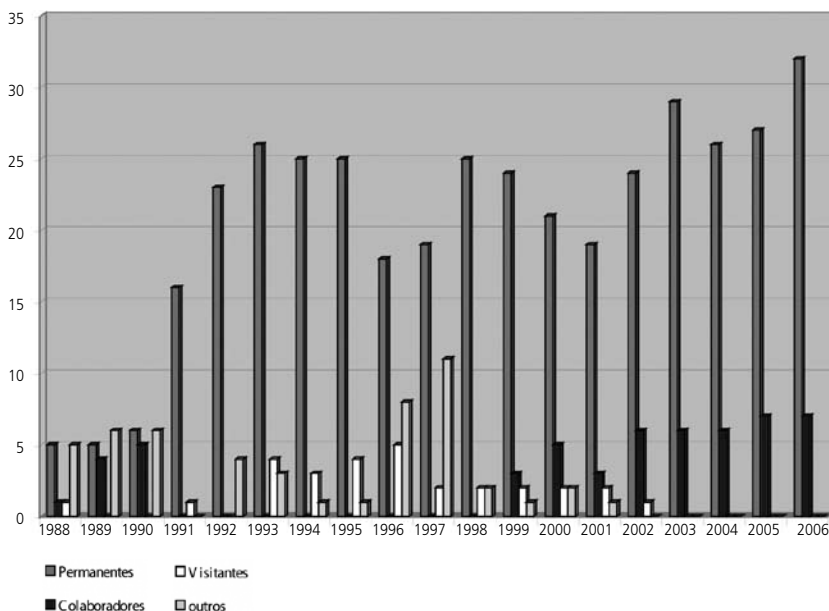
- número de orientações e defesas nos anos de 2004, 2005 e 2006;
- número de vagas solicitadas para a seleção de 2007;
- produção Qualis no triênio.

As fichas, preenchidas pela secretaria do Programa são revisadas e autenticadas pelos professores. De acordo com as informações coletadas, estabeleceu-se que o número máximo de orientandos deve ser de oito por ano, sendo considerado como ponto negativo extrapolar esse limite, bem como “a presença de orientadores que, credenciados num tempo razoável, apresentem médias muito baixas de recepção e finalização.” (CAPES, 2006).

A partir desses critérios, dos 38 docentes do Programa somente 24 foram autorizados a oferecer vagas para o processo seletivo de 2007. Ocorreu também o descredenciamento de quatro professores devido “a inexistência ou rarefação de produção Qualis” (CAPES, 2006). Dessa forma, ao cumprir as exigências apontadas pela CAPES, tem sido possível avançar no processo de consolidação da cultura de produção docente, fortalecendo as bases necessárias à solidificação do PPGE.

Atualmente, o Programa conta com 39 docentes, dos quais 32 integram o quadro permanente, sendo que, destes, 85% possuem titulação na área de Educação. Nota-se a seguir a evolução ao longo da existência do PPGE:

**Gráfico 6 – Evolução do quadro docente, 1988-2006**



Fonte: PPGE/ IE/ GEM/2006

De acordo com o relatório de avaliação trienal da CAPES (2007), a política de credenciamento e reconhecimento tem dado bons resultados, indicando o aprimoramento do corpo docente permanente, uma vez que “91% tiveram participação em eventos, havendo registro de que um docente realizou pós-doutoramento. [...] 86% lecionaram na pós-graduação e 88% orientaram neste nível.” Além disso, o Programa tem apresentado bom desempenho, tanto de docentes quanto de discentes, no que diz respeito à produção intelectual, ao envolvimento de projetos de pesquisa e à inserção social.

## Perspectivas

A expansão da pós-graduação é resultado de uma política indutiva orientada e conduzida pelo poder central e, no campo das políticas públicas nacionais apresenta-se como um dos setores em que o planejamento de médio e longo prazos tem desempenhado papel significativo.

Para Martins (2005, p. 15), essa ampliação é obra conjunta da comunidade acadêmica nacional e da participação decisiva de suas agências de pesquisa, sendo um dos êxitos desse modelo a “montagem de um eficiente método de credenciamento” em que são avaliadas não apenas a pertinência da abertura dos cursos, mas também as condições para o seu funcionamento. Nessa perspectiva, implantou-se o sistema de avaliação trienal da CAPES, com o intuito de detectar e sanar possíveis falhas.

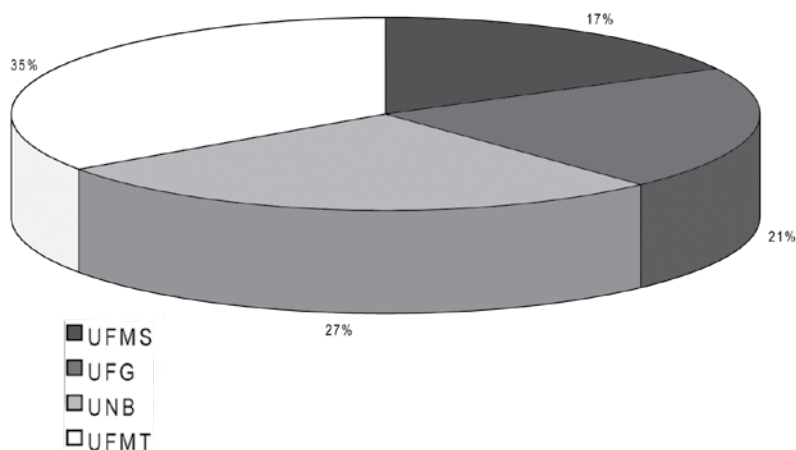
A estrutura acadêmica da pós-graduação foi construída a partir de procedimentos bem definidos, atrelando-se o ensino à pesquisa e estabelecendo-se um número limitado de disciplinas articuladas às linhas de pesquisa, criando-se, dessa forma, um padrão eficiente de orientação das dissertações.

Consequentemente, essa estrutura tem possibilitado um forte crescimento da produção científica, permitido a “renovação de campos específicos do saber e contribuído para a introdução de novas questões para a investigação.” (MARTINS, 2005)

A pós-graduação favoreceu ainda a ligação entre a vida acadêmica em âmbitos local, nacional e internacional, além de se constituir no *locus* da produção e socialização do conhecimento acadêmico no interior da Universidade (BOURDIEU, 2004). Sendo assim, nos últimos anos o PPGE incrementou o seu processo de produção acadêmica e recebeu reconhecimento da comunidade local e nacional, enquanto um programa de excelência na área da Educação, informação que pode ser constatada na última avaliação trienal da CAPES, que considerou relevante sua produção intelectual.

O PPGE destacou-se também regionalmente. Do total de mestres titulados na área de Educação pelas instituições públicas federais da região Centro-Oeste, no período de 1998 a 2006, o Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT foi responsável por 35% dos títulos.

**Gráfico 7 – Produção de teses e dissertações da região Centro-Oeste, 1998-2006**



Fonte: CAPES (2006)

É necessário explicitar que os Programas analisados já possuem Cursos de Doutorado, iniciados em 2001, 2004 e 2005, na UFG, UFMS e UNB, respectivamente.

O PPGE, o único Programa de Pós-graduação em Educação do estado de Mato Grosso, tem trilhado nos últimos anos um percurso rumo à consolidação e fortalecimento em seu campo de atuação. Nesse sentido, vem se empenhando em adquirir condições para que se torne possível implantar e consolidar o Curso de Doutorado, com o efetivo desenvolvimento de pesquisas de qualidade. De acordo com Martins (1990), a pós-graduação brasileira permanece como “a dimensão sagrada do ensino superior”, por possuir um planejamento adequado e orientado para o seu crescimento.

Na visão de Motoyama (2004, p. 113), a pós-graduação brasileira é “[...] uma das faces mais bem sucedidas da política educacional, de um lado, e da política de ciência e tecnologia, de outro.” Afirma ainda que por isso é necessário “pensar seriamente sobre o futuro dela.” Nesse sentido, o Ministério da Educação e Cultura e a CAPES elaboraram o Plano Educacional de Pós-graduação – PNPG – (2005-



2010), cujo objetivo primacial é o crescimento “equânime do sistema nacional de pós-graduação, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país.” (PNPG, 2004). Visa também subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia.

Diante da proposta do PNPG para os próximos anos, estima-se que em 2010, no Brasil, serão titulados mais de 16.000 doutores e 45.000 mestres. Enfim, essa entidade, como “eixo estratégico do desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social do país”, deve buscar suprir as necessidades nacionais e regionais e continuar “contando com políticas públicas que o façam crescer com qualidade e relevância.” (PNPG, 2004).

Nesse contexto, a Universidade Federal de Mato Grosso, em seu Plano Institucional, tem se esforçado para atingir a meta de “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo com a formação de cidadão e profissionais altamente qualificados, atuando como vetor para o desenvolvimento regional socialmente referenciado.” E, para o futuro, prevê “tornar-se referência nacional e internacional como instituição multicampi de qualidade acadêmica, consolidando-se como marco de referência para o desenvolvimento sustentável da região central da América do Sul, na confluência da Amazônia, do cerrado e do pantanal.” (PDI, 2005).

Entre as ações estratégicas que a UFMT pretende desenvolver para atingir seus objetivos está o incentivo à capacitação docente através de um Plano de Qualificação Institucional, visando a criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. O Programa de Pós-Graduação em Educação ao longo de sua trajetória vem contribuindo significativamente para que a Universidade qualifique seu corpo docente na área de Educação, através do Curso de Mestrado. Assim, o PPGE tem concentrado seus esforços no crescimento da produção do conhecimento e da divulgação de suas publicações científicas, de modo a garantir as condições propícias para se manter como um Programa de qualidade e atender às exigências para a implantação do Curso de Doutorado.

## Considerações finais

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil se constitui numa das realizações mais bem-sucedidas dentre as que integram o conjunto do sistema educativo e pode ser considerada como resultado de uma política indutiva, conduzida e apoiada pelas instituições públicas de ensino e na qual se engaja a comunidade acadêmica do país.

Sua instalação ocorreu no início da década de 1960, porém só foi difundido a partir de 1965, quando se constituiu num marco decisivo em decorrência da instituição do Parecer 977/65, cujo objetivo foi definir e fixar as estruturas e as linhas básicas da pós-graduação, que até hoje permanecem.

De acordo com Saviani (2000, p. 5), data também desse período a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação em nível de Mestrado, estabelecido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A partir de então, deu-se início ao que esse educador denominou de “período heróico”, já que se criaram, praticamente a partir do nada, condições para essa implantação. Nesse processo, a CAPES desempenhou um importante papel, contribuindo com apoio financeiro ao Programa e acompanhando sua dinâmica, o que ocorre até os dias atuais.

A partir da década de 1970, a Pós-Graduação em Educação entrou em um acelerado processo de expansão, completando sua fase de consolidação, mas reduzindo o ritmo de abertura de novos programas.

O crescimento foi retomado em 1984, sendo que a partir de 1987 surgiram quatro novos programas, entre eles o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

No processo de reconstrução histórica da trajetória do PPGE, cabe registrar algumas considerações relevantes, a exemplo do movimento pela criação do PPGE e o começo de sua estruturação a partir da necessidade de qualificação da mão de obra docente da Universidade no âmbito da Pós-graduação.

Daí por diante, em 1978, deu-se início ao programa de capacitação do corpo docente, com a implantação dos Núcleos Permanentes de Pós-Graduação – NPGs.

O PPGE nasceu em 1987, a partir das experiências de pesquisa realizadas no Núcleo de Permanente de Pós-Graduação em Educação – NPG-EDU –, fruto do processo de qualificação profissional dos docentes. O caminho percorrido até a implantação do PPGE exigiu de seus agentes empenho e dedicação na produção de pesquisas, realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* e, inclusive, o afastamento de alguns professores para cursar doutorado em outras regiões do país e, até mesmo, no exterior. Nesse percurso, foram registrados momentos de vitória, emoldurados por avanços, conquistas e frustrações devido à dificuldade em relação ao aspecto quantitativo do quadro docente, que aos poucos foi sendo superada.

Em 1992 sofreu uma grande reformulação que incluiu toda a sua estrutura, que passou a englobar as demais licenciaturas da UFMT. Ainda nesse mesmo ano, foi criada a *Revista de Educação Pública* e o *Seminário Educação*, dois importantes instrumentos que ainda hoje têm a função de divulgar e debater os trabalhos e pesquisas da pós-graduação, assim como interagir com as produções externas, além de contribuir com o sistema de educação regional.

Em 1994 teve início o curso de doutorado, cujas atividades foram encerradas antes mesmo de ser avaliado, chegando, em 1998, ao seu descredenciamento em função da baixa produção apresentada.

Esses dois fatos podem ser considerados como os que mais marcaram negativamente o Programa, causando-lhe profundo impacto. Porém, observa-se

que esse parece ter sido um momento não de desânimo, muito pelo contrário, visto a instauração, nessa ocasião, de um processo de reflexão interna para que se detectassem suas falhas. A partir daí, o PPGE buscou se reestruturar política e pedagogicamente, e todos os participantes do Programa se empenharam no sentido de viabilizar ações que alterassem o quadro anterior. O resultado destes esforços pode ser observado nas últimas avaliações feitas pela CAPES.

Concluindo, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT é resultado de aspiração de todo sistema de Educação de Mato Grosso, e não só do Instituto de Educação e dos departamentos da Universidade que oferecem cursos de licenciatura com vistas à eficaz capacitação docente. Ele tem contribuído também com novas pesquisas na área educacional em âmbito regional e nacional, abrindo fronteiras para um debate proveitoso da educação pós-graduada no interior da UFMT e em Mato Grosso, território marcado por uma ocorrência que lhe é peculiar, a saber, a confluência de três importantes ecossistemas: a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado. Essa região, cravada no Oeste brasileiro, reúne no seu interior, em função da expansão do capitalismo, todos os antagonismos das áreas de fronteira os quais vão desde a “escravidão branca até o narcotráfico, da prostituição ao garimpo, da exploração desenfreada da fauna e da flora.” (PPGE/IE/GEM, 1986, nº 1).

Trata-se também de uma região marcada pelo analfabetismo e pela má distribuição das verbas públicas para a Educação, além das péssimas condições de trabalho dos professores da zona urbana e da zona rural, geradas pela falta de políticas públicas condizentes com a realidade de cada lugar.

O PPGE, tomando para si esse desafio, buscou transformar essa realidade, produzindo novos conhecimentos sobre a realidade regional e colocando em debate os resultados de pesquisa, sinalizando para questões socioambientais e buscando, no interior do processo histórico de Mato Grosso, explicações que emoldurem esse quadro e apontem novas perspectivas.

Nessa medida, o PPGE ao longo de seus 20 anos de existência, tem contribuído de maneira significativa para a produção e divulgação do saber acadêmico-científico em Mato Grosso e constitui-se, hoje, num espaço estratégico de construção, acumulação e divulgação de conhecimento nas esferas regional, nacional e até mesmo internacional, além de apontar caminhos aos gestores públicos e aos professores das redes pública e particular de ensino, através de suas produções científicas, muitas delas transformadas em publicações.

## Referências

- ALMEIDA, Urbano. **Breve Histórico do NPG-Edu**. 1980. Mimeografado.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. introdução, organização e seleção Sergio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004 (Coleção Estudos, 20).
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação social. 7. ed. Campinas SP: Papyrus, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Revisão Pierre Bourdieu, Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. Tradução, introdução, cronologia e notas Sergio Miceli. São Paulo: Companhia de Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Escritos da Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org.). 7. edição Petrópolis, RJ. 1998.
- CAMINHANDO. Revista Cuiabá: Gráfica UFMT, 1992.
- CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. de. A Geração de Instrumentos de Pesquisa em História da Educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Org.). **Brasil 500 Anos**: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CATANI, Denice Bárbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, E. T.; Faria Filho, L. M.; Cynthia Greive Veiga. **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez autores associados, 1989.
- CUNHA, Luiz Antônio. Crise de identidade na universidade pública: a avaliação em questão. In: **Universidade e sociedade**, São Paulo, ANDES, ano II, n. 3, jun. 1992.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Políticas públicas para o ensino superior no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1988.
- CAPES. Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de avaliação 1998**. Disponível em : <<http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2007.

UFMT. **Políticas do Instituto de Educação 2006-2010**. Disponível em: <<http://www.UFMT.br>>. Acesso em: 05 out. 2006.

FREITAS, Renata N. T. de B. **Veredas da memória: a conquista do ensino superior em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GUIMARÃES, Jorge A. Pós-Graduação e pesquisa. **Revista Discussão da Pós-graduação Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1996.

INEP. **Educação Superior Brasileira 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. (Org.). 2006.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

MARTINS, Carlos Benedito. **O ensino superior nos anos 90**. Fundação SEADE. SP. 2005.

MEC/SESU/CAPES - Sistema de informação sobre cursos de Pós-Graduação. Relatórios. PPGE/IE/GEM n. 1. Ano 1989.

MOTOYAMA, Shozo. **Construindo o futuro - 35** da USP. São Paulo: Editora Parma Ltda., 2004.

NOGUEIRA, Flavia. **Programa de pós-graduação em Educação da UFMT, curso de doutorado: implantação, características e dificuldades enfrentadas**. Cuiabá: UFMT 2001.

PAES, Sandra Maria Vinagre. **A tendência a subjetividade na produção científica: o caso do IE da UFMT**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, UNB, Brasília, 2000.

**REVISTA UNIVERSIDADE**. Ano 1 – n.1 - jan./abr. Cuiabá: Imprensa universitária. 1981.

**REVISTA UNIVERSIDADE**. Ano 1- n. 2 - maio/ago. Cuiabá: Imprensa universitária. 1981.

**RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO NA UFMT** Campus Cuiabá. Relatora Bernardete A. Gatti. Coordenadora do Comitê Assessora da Área de Educação do CNPq, 1992.

**RESOLUÇÃO Nº CD 008/87.** Cuiabá, 13 de fevereiro de 1987. PPGE/UFMT/GEM n. 1. Considerando os estudos constantes do Processo nº. 23108.0011069/86 – DV – 008/87, a presente resolução possui o objetivo de apresentar as conclusões dos trabalhos das Comissões de “Operacionalização e Implantação do Mestrado”.

SÁ, Nicanor Palhares. **O Programa de Pós-graduação: uma proposta de reformulação.** In: Revista de Educação Pública, n. 1, Cuiabá: EdUFMT, 1992.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A produção da história da educação na Região-Oeste: perspectivas (1992-2004).** In: GONDRA, José Gonçalves. Pesquisa em História da Educação no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, Maria da Graças Martins; BERALDO, Tânia Maria Lima; VELOSO, Teresa Christina M. Aguiar. **Educação Superior no Estado de Mato Grosso: expansão democrática?** In: Revista de Educação Pública, v.14, n. 25, Cuiabá: EdUFMT, 2005. 131-145 p.

SOUZA, Cynthia Pereira de. A educação pelas leituras de uma revista escolar. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e História da Educação.** São Paulo: Escrituras, 1997.

UFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMT 2005-2010.** Disponível em: <<http://www.UFMT.br>. Acesso em: 5 out. 2006.

Recebimento em: 02/03/2009.

Aceite em: 30/03/2009.